

Processo: 1185003**Natureza:** Representação**Procedência:** Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig**Representante:** Pedro Farah Rousseff**À Secretaria da 1ª Câmara.**

Nos presentes autos, a Fhemig foi intimada para apresentar documentação referente às fases interna e externa do Edital FHEMIG/HMAL n. 1/2025, prestar esclarecimentos acerca das supostas irregularidades apontadas no certame e se manifestar sobre as questões elencadas por esta relatoria nos itens *a, b, c, d, e, f, g e h* (peça 16).

Apresentados os documentos, os autos foram remetidos à Coordenadoria de Análise de Processos do Estado e dos Maiores Municípios, que, por sua vez, opinou pela necessidade de realização de inspeção *in loco* para fins de obter dados e informações sobre a capacidade de o Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência desta capital concentrar os serviços do Hospital Maria Amélia Lins nas dependências do Hospital João XXIII (peça 118, p. 18).

Segundo a unidade técnica, como as informações apresentadas pela Fhemig são referentes apenas aos meses de janeiro e fevereiro de 2025, haveria fundado receio de que a amostragem se mostrasse viciada, podendo levar a conclusões inadequadas quanto ao êxito da referida decisão político-administrativa.

Dessa forma, considerou que “o uso de uma amostra reduzida pode, do ponto de vista metodológico, agravar o risco de detecção associado a: problemas de representatividade; potencial de enviesamento; aumento do erro de amostra; dificuldade na detecção de efeitos; entre outros”. Sendo assim, ponderou que “eventual falha de apuração sobre o impacto da concentração dos serviços do HMAL no HJXXIII terá sérias implicações para o serviço de Pronto-Socorro fornecido à Região Metropolitana e danos inestimáveis para a Saúde Pública” (peça 118, p. 19).

De acordo com o art. 167, IV, a, do Regimento Interno (Resolução n. 24/2023), esta Corte de Contas poderá realizar, no exercício de suas atribuições, por iniciativa própria, inspeção com a finalidade de suprir omissões, falhas ou dúvidas e esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos em exame.

Conforme o art. 40, XXXIII, do Regimento Interno, compete ao Presidente desta Corte de Contas, sem prejuízo de outras atribuições legais e regulamentares, ordenar a realização de inspeções e auditorias *in loco*.

A análise documental perfunctória, embora relevante, não permite a completa compreensão da situação envolvendo a transferência das ações e serviços públicos de saúde do Hospital Maria Amélia Lins para o Hospital João XXIII, sobretudo em razão do exíguo período de tempo analisado e da divergência existente entre a documentação apresentada pela Fhemig e os fatos denunciados.

Enquanto a documentação apresentada pela Fhemig sugere o êxito de tal operação, a representação expõe uma possível realidade fática distinta, corroborada por notícias de conhecimento público e notório publicadas na imprensa mineira, que contradiz a conclusão de que o Hospital João XXIII teria absorvido adequadamente as ações e serviços públicos de saúde do Hospital Maria Amélia Lins.¹

Nesses termos, a inspeção *in loco* permitirá a constatação direta dos fatos, a coleta de evidências concretas e o esclarecimento das inconsistências denunciadas, possibilitando uma análise precisa e em estrita observância ao princípio da busca da verdade material. Por essa razão, entende-se que a realização de inspeção *in loco* se mostra imprescindível para o pleno exercício do controle externo realizado por esta Corte de Contas quanto à vantajosidade de tal decisão para o interesse público, segundo os critérios de legalidade, legitimidade e economicidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 167, IV, a, c/c art. 40, XXXIII, do Regimento Interno, determino que **sejam extraídas cópias integrais das seguintes peças: representação (peça 3), manifestação da Fhemig (peça 46), parecer preliminar do órgão técnico (peça 118) e do presente despacho. Após, sejam remetidas a sua Ex^a, o Conselheiro Presidente, nos termos do inciso III, do art. 149, do Regimento Interno, para que ordene, caso assim**

¹ CAIXETA, Izabella. Servidores do João XXIII protestam por reajuste e por condições de trabalho. **Estado de Minas**, 09/05/2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/05/7141630-servidores-do-joao-xxiii-protestam-por-reajuste-e-por-condicoes-de-trabalho.html#:~:text=Diante%20da%20sobrecarga%20do%20sistema,e%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho>. Acesso em: 12/05/2025; ABALEN, Isabela. Estado aciona plano de contingência devido à superlotação no João XXIII: 'Alta demanda'. **O Tempo**, 25/04/2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2025/4/25/estado-aciona-plano-de-contingencia-devido-a-superlotacao-no-joao-xxiii-alta-demanda>. Acesso em: 12/05/2025.

entenda, a realização de inspeção extraordinária no Hospital João XXIII e no Hospital Maria Amélia Lins, compondo os autos com tais documentos. Seu objetivo será o de averiguar se as ações e serviços públicos de saúde anteriormente realizados foram devidamente absorvidos por aquela unidade hospitalar sem comprometer, quantitativa e qualitativamente, a capacidade operacional do Complexo Hospitalar de Urgência e Emergência desta capital.

Incontinenti, uma vez que não houve determinação deste relator para que o certame fosse paralisado, ao contrário, o que se restringiu foi a formalização do contrato administrativo, nos termos do art. 71, IX, da CR/88, **determino que a unidade técnica apresente, no prazo de 15 dias, análise cautelar complementar com o explícito esclarecimento acerca dos seguintes pontos à peça 118:**

1) Das informações apresentadas pela Fhemig, foi possível verificar os estudos técnicos, financeiros e a fundamentação jurídica que embasaram a escolha da cessão/permissão gratuita de uso do imóvel público nos termos previstos no Edital de Chamamento Público FHEMIG/HMAL n. 1/2025, em detrimento das demais alternativas? Em caso afirmativo, indicar quais seriam esses estudos e quais seriam as alternativas descartadas pela Administração. (Despacho de peça 16, item b).

2) Das informações apresentadas pela Fhemig, foi possível verificar a justificativa para a definição dos prazos do cronograma constante do Anexo VII do Edital FHEMIG/HMAL n. 1/2025, considerando a complexidade do objeto e a necessidade de adequação da estrutura física do Hospital Maria Amélia Lins às políticas de saúde do SUS e às diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais? Em caso afirmativo, indicá-la. (Despacho de peça 16, item c).

3) Das informações apresentadas pela Fhemig, foi possível atestar que o ambulatório e o bloco cirúrgico do Hospital Maria Amélia Lins realmente operavam com taxa de ociosidade, respectivamente, de 75% e 25%? Em caso afirmativo, indicá-lo. (Despacho de peça 16, item d).

4) Das informações apresentadas pela Fhemig, foi possível atestar a relação atualizada da quantidade de cargos existentes e providos na referida fundação, com as respectivas especialidades, acompanhada da indicação dos concursos em aberto, bem como das medidas concretas tomadas pelo poder público para reverter eventual caso de defasagem de pessoal? Em caso afirmativo, indicá-los. (Despacho de peça 16, item f).

5) Das informações apresentadas pela Fhemig, foi possível atestar que o Hospital Maria Amélia Lins não alcança a totalidade da capacidade instalada devido aos entraves e dificuldades inerentes à burocracia pública? Em caso afirmativo, quais seriam esses entraves? (Despacho de peça 16, item g).

Apresentados tais esclarecimentos pelo órgão técnico, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas, para que, querendo, adite a representação, **nos termos do § 2º, do art. 66, do Regimento Interno.**

Licurgo Mourão

Conselheiro em exercício

(assinado digitalmente)